

Usina São
Domingos Açúcar e
Etanol S.A.
CNPJ: 47.063.128/0001-68

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de março de 2022**

Conteúdo

Relatório da Diretoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstração dos resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2022 e 2021.

Apresentação

A Companhia está localizada em Catanduva, estado de São Paulo, é uma empresa Agroindustrial, e possui como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, produção e industrialização de açúcar e etanol.

Seu exercício social é iniciado em 1º de abril e finalizado em 31 de março.

Política de Gestão da Qualidade:

A Usina São Domingos-Açúcar e Etanol S/A é uma empresa ética e socialmente responsável que cumpre com a legislação e os requisitos regulamentares aplicáveis.

Nosso compromisso é garantir a satisfação dos clientes pela qualidade e adequação dos nossos produtos, para isso desenvolvemos ações de melhoria contínua e, resguardamos a segurança e a saúde dos colaboradores. Respeitamos o meio ambiente, incluindo cuidados de prevenção à poluição.

História, Visão, Missão e Valores

HISTÓRIA: Fundada em 06 de agosto de 1952, sob a denominação de SANCHEZ, MOTTA LTDA; em 03 de maio de 1955, alterou sua razão social para SANCHEZ & CIA LTDA.

Em 06 de fevereiro de 1961, transformou-se em sociedade anônima, passando então a denominar-se USINA SÃO DOMINGOS - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A. "USD"
Desde os seus primórdios de 1952 até os dias atuais a companhia vem reescrevendo sua história, efetuando e adaptando as mais diversas ocorrências do setor, e até de turbulências.

No ano de 2018 a Companhia intensificou a sua profissionalização com a contratação de um executivo de mercado para a área financeira, tem como foco a gestão e cobrança no dia-a-dia da operação, tendo como meta busca a estabilização da operação. Nesta jornada no ano passado o Conselho de Administração aprovou a mudança estratégica da Companhia com a redefinição da sua MISSÃO, sua VISÃO e de seus VALORES tendo como FOCO nesta profissionalização.

- I) **MISSÃO:** Desenvolver processos sustentáveis em BioEnergia, com respeito aos colaboradores, aos fornecedores, aos clientes e parceiros agrícolas, complementados com projetos sociais e ambientais legais, privilegiando toda sociedade.

- II) **VISÃO:** Ser reconhecida como referência no Setor na Maximização e Otimização nos seus Ativos nos Requisitos Operacionais e Tecnológicos.

III) VALORES

ÉTICA - Abrangendo a legalidade e a sustentabilidade neste valor, a USD e seus colaboradores executa, e sempre executará as suas atividades nos requisitos éticos;

EXCELÊNCIA EMPRESARIAL - Comprometer-se plenamente com os resultados, cumprindo o que se propõe fazer, com eficácia e eficiência, sempre a partir de soluções coletivas, com ética e respeito;

PIONEIRISMO - O que fazemos é simples, e rotineiro em sua maioria, mas temos a obrigação de sermos os primeiros na busca de melhorias, explorando novas alternativas e maneiras de pensar e não tendo medo de pedir ajuda;

LIDERANÇA - Todo indivíduo tem a sua habilidade, tendo sua liderança na execução do seu trabalho, em qualquer lugar, em qualquer cargo ou qualquer hierarquia. Só habilidades e nosso sucesso depende única e exclusivamente da nossa liderança;

VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS - Respeitar e incentivar as diferenças, partindo da premissa de que apenas por meio da diversidade, complementando, ampliando os conhecimentos e desenvolvendo pessoas em sua civilidade.

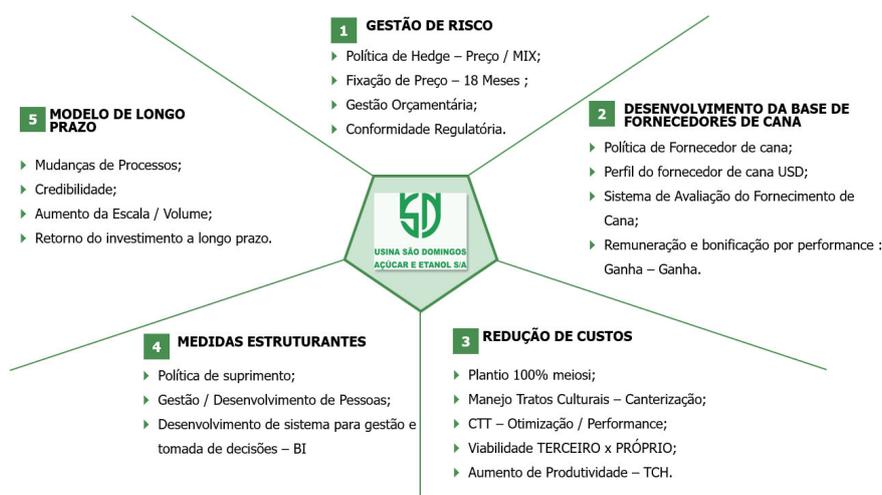
Esta redefinição estratégica na Companhia, já trouxe sensíveis melhorias, trazendo ganhos significativos na operação como demonstra o quadro abaixo das Evoluções operacionais, com tudo. No ano de 2021, por motivos alheios (clima e geadas), principalmente em nossa região, o que resultou em uma quebra de aproximadamente 30% da de produção. Para os próximos anos, a Companhia espera obter melhora nos rendimentos operacionais, o que permitirá buscar na safra 22/23 a superação de todos os indicadores operacionais, mas com grandes desafios na superação do recorde de moagem estabelecido até por conta da questão hídrica que acomete a região centro-sul do País.

Evolução Operacional		2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
	Moagem tc	2.161	2.340	2.601	1.973
	Cana Própria %	77,8%	77,4%	75,0%	72,3%
	Açúcar VHP Ton.	146.934	154.585	230.506	161.835
	Etanol m ³	89.730	93.982	81.538	68.633
	ATR kgATR/tc	138,9	135,0	141,8	138,8
	TAH t/açúcar/ha	11,1	11,4	12,2	8,9
	TCH ton./ha	81,6	84,2	86,1	64,2
	Idade média	3,3	3,2	3,2	3,3
	Entrega Cana ton./dia	8.307	9.906	9.647	9.619
	Redimento Colhedoras ton./dia	664,5	642,3	665,7	491,6
	Consumo Colhedoras l/dia	1,03	1,05	1,03	1,14
	Perda Cana picada %	2,09%	1,92%	2,32%	1,76%
	Plantio Meiosi %	69,9%	92,6%	93,5%	68,8%

Evolução operacionais	
Maximização dos ativos (moagem capacidade total)	Redução de perdas na colheita
Produtividade - Crescimento estruturado TAH	Plantio 100% Meiosi
Alta Performance CTT	Tratos Culturais - melhores práticas e manejo

Com VISÃO DE FUTURO a direção da USD estabeleceu uma jornada de LONGO PRAZO com algumas ações mandatórias, que vão desde a maximização dos ativos existentes, passando por crescimento orgânico de baixo investimento e grande retorno, indo até crescimento de larga escala com RUPTURAS da visão atual.

Visão de Futuro



MENSAGEM FINAL DA DIREÇÃO

Nos desafios vivenciados na safra 2019/20, com os records e melhorias da safra 2020/21 e mesmo considerando uma quebra na safra 2021/22, decorrente de fatores climáticos na região, com o “Talento” de seus colaboradores a Administração da USD está confiante na superação e visão de Futuro – Safra 2022/23, tendo sempre o norte e busca da segurança em primeiro lugar, objetivando maximização e otimização dos seus ativos, fazendo o que é certo e efetivo sempre.

Permanecemos à inteira disposição dos senhores acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Catanduva, 9 de setembro de 2022.

A diretoria

Antonio Luiz Giro
CRC 1SP176605/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.
Catanduva – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. em 31 de março de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 09 de setembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Balços patrimoniais em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	34.209	34.853	36.772	47.105	Fornecedores	18	37.246	36.863	20.244	24.453
Contas a receber de clientes	9	3.206	1.120	3.701	1.645	Empréstimos e financiamentos	19	88.747	72.382	95.240	79.080
Estoques	10	77.145	42.763	78.020	43.023	Arrendamentos a pagar	16	78.893	57.924	78.893	57.924
Ativo biológico	11	97.798	68.561	97.798	68.561	Impostos e contribuições a recolher		8.329	6.081	8.432	6.149
Adiantamento a fornecedores	12	17.830	14.080	17.830	14.080	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	2.182	-	2.182
Impostos a recuperar	13	4.425	778	4.425	778	Salários, férias e encargos sociais a pagar	20	9.220	9.130	9.275	9.185
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.578	1.302	8.578	1.302	Impostos parcelados	21	8.071	6.184	8.071	6.184
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	2.356	-	2.356	Adiantamentos de clientes		10.858	3.712	10.858	3.712
Outras contas a receber		364	1.419	416	1.536	Outras contas a pagar		120	791	157	896
Total do ativo circulante		243.555	167.232	247.540	180.386	Total do passivo circulante		241.484	195.249	231.170	189.765
Não circulante						Não circulante					
Impostos a recuperar	13	633	1.244	633	1.244	Fornecedores	18	9.479	914	9.479	914
Depósitos judiciais	23	1.476	1.059	1.476	1.059	Empréstimos e financiamentos	19	369.463	403.916	376.969	415.381
Total do realizável a longo prazo		2.109	2.303	2.109	2.303	Arrendamentos a pagar	16	204.108	138.649	204.108	138.649
Investimentos	14	9.180	9.607	-	-	Impostos parcelados	21	6.445	10.094	6.445	10.094
Outros investimentos		93	93	93	93	Tributos diferidos	22	72.379	29.984	72.380	29.985
Propriedade para investimento	15	129.300	129.300	129.300	129.300	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	23	-	470	-	470
Direito de uso	16	313.921	232.125	313.921	232.125	Total do passivo não circulante		661.874	584.027	669.381	595.493
Imobilizado	17	346.481	325.747	348.893	328.210	Total do passivo		903.358	779.276	900.551	785.258
Total do ativo não circulante		801.084	699.175	794.316	692.031	Patrimônio líquido	24				
						Capital social		131.700	131.700	131.700	131.700
						Reserva de capital		22	22	22	22
						Reserva de lucros		2.717	2.717	2.717	2.717
						Reserva de reavaliação		3.347	5.299	3.347	5.299
						Ajuste de avaliação patrimonial		92.262	50.581	92.262	50.581
						Prejuízos acumulados		(88.767)	(103.188)	(88.767)	(103.188)
						Total do patrimônio líquido		141.281	87.131	141.281	87.131
						Participação de não controladores		-	-	24	28
						Total do patrimônio líquido		141.281	87.131	141.305	87.159
Total do ativo		1.044.639	866.407	1.041.856	872.417	Total do passivo e patrimônio líquido		1.044.639	866.407	1.041.856	872.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional líquida	26	467.776	473.934	486.566	487.508
Mudança no valor justo de ativo biológico	11	25.192	4.777	25.192	4.777
Custos dos produtos e serviços vendidos	27	(348.212)	(321.375)	(364.028)	(332.826)
Lucro bruto		144.756	157.336	147.730	159.459
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	27	(22.905)	(25.686)	(22.905)	(25.686)
Despesas gerais e administrativas	27	(20.069)	(22.175)	(20.303)	(22.304)
Outras despesas e receitas operacionais	27	(544)	21.332	(541)	21.333
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos		101.238	130.807	103.981	132.802
Receitas financeiras	28	5.792	5.788	5.902	5.833
Despesas financeiras	28	(64.970)	(47.479)	(66.871)	(48.278)
Variação cambial líquida	28	(9.755)	(18.222)	(9.755)	(18.222)
Resultado financeiro líquido		(68.933)	(59.913)	(70.724)	(60.667)
Resultado da equivalência patrimonial	14	326	790	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		32.631	71.684	33.257	72.135
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	(13.822)	(630)	(14.271)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(20.664)	(2.147)	(20.664)	(2.147)
Resultado do exercício		11.967	55.715	11.963	55.717
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		11.967	55.715	11.967	55.715
Acionistas não controladores		-	-	(4)	2
Resultado do exercício		11.967	55.715	11.963	55.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
		-	-	-	-
Resultado do exercício		11.967	55.715	11.963	55.717
Outros resultados abrangentes					
Constituição da reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	25	42.183	(13.132)	42.183	(13.132)
Resultado abrangente do exercício		<u>54.150</u>	<u>42.583</u>	<u>54.146</u>	<u>42.585</u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				54.150	42.583
Acionistas não controladores				(4)	2
Resultado abrangente do exercício				<u>54.146</u>	<u>42.585</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ajuste de avaliação patrimonial											
Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Deemed Cost	Hedge accounting	Ajuste de propriedade para Investimentos	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de março de 2020											
	131.700	22	2.717	7.721	36.426	(45.744)	74.151	(162.445)	44.548	23	44.571
	-	-	-	(2.422)	-	-	-	2.422	-	-	-
	-	-	-	-	(1.120)	-	-	1.120	-	-	-
25	-	-	-	-	-	(13.132)	-	-	(13.132)	-	(13.132)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	-	-	-	-	-	-	-	55.715	55.715	2	55.717
Saldos em 31 de março de 2021											
	131.700	22	2.717	5.299	35.306	(58.876)	74.151	(103.188)	87.131	28	87.159
	-	-	-	(1.952)	-	-	-	1.952	-	-	-
	-	-	-	-	(502)	-	-	502	-	-	-
25	-	-	-	-	-	42.183	-	-	42.183	-	42.183
	-	-	-	-	-	-	-	11.967	11.967	(4)	11.963
Saldos em 31 de março de 2022											
	131.700	22	2.717	3.347	34.804	(16.693)	74.151	(88.767)	141.281	24	141.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício				
	11.967	55.715	11.963	55.717
Ajuste para:				
Depreciação - Bens tangíveis	17	13.159	11.948	12.035
Amortização da lavoura de cana	17	46.207	45.940	45.940
Amortização do direito de uso de arrendamentos	16	88.090	81.890	81.890
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	(25.192)	(4.777)	(4.777)
Instrumentos financeiro derivativos	25	2.356	(1.226)	2.356
Redução do ativo biológico devido a colheita	11	63.784	47.222	63.784
Resultado da equivalência patrimonial	14	(326)	(790)	-
Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	28	37.566	34.082	39.448
Variação cambial sobre o contas a receber	28	(271)	4.236	(271)
Juros sobre arrendamentos e parcerias a pagar	16	15.325	10.399	15.325
Resultado da venda de ativo imobilizado	17	1.147	2.426	1.148
Ganho de valor justo de propriedade para investimento		-	(10.775)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	22	20.664	15.969	21.294
				16.418
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		(1.815)	(2.534)	(1.785)
Estoques		(34.382)	(12.549)	(34.997)
Adiantamentos a fornecedores		(3.750)	(10.423)	(3.750)
Impostos a recuperar		(10.312)	4.011	(10.312)
Outras contas a receber		1.055	(479)	1.120
Depósitos judiciais		(417)	(541)	(417)
Fornecedores		8.948	2.135	4.356
Impostos e contribuições a recolher		2.248	5.084	2.275
Impostos parcelados		(1.762)	(7.140)	(1.762)
Salários, férias e encargos sociais a pagar		90	200	90
Adiantamentos de clientes		7.146	(33.530)	7.146
Outras contas a pagar		(1.141)	745	(1.209)
				844
Caixa gerado nas atividades operacionais				
	240.384	237.238	238.157	233.663
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(35.684)	(30.767)	(37.625)
Juros pagos de arrendamentos a pagar	16	(15.325)	(10.399)	(15.325)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		(2.182)	(11.743)	(2.804)
				(12.184)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais				
	187.193	184.329	182.403	179.911
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos		753	1.363	-
Aquisição de ativos biológicos	11	(67.829)	(64.485)	(64.485)
Aquisição de imobilizado	17	(81.247)	(61.928)	(81.288)
				(61.934)
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos				
	(148.323)	(125.050)	(149.117)	(126.419)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	19	110.308	96.595	110.308
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19	(66.364)	(68.755)	(70.469)
Pagamentos de arrendamentos	16	(83.458)	(55.850)	(83.458)
				(55.850)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos				
	(39.514)	(28.010)	(43.619)	(10.008)
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa				
	(644)	31.269	(10.333)	43.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	34.853	3.584	47.105
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	34.209	34.853	36.772
				47.105
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa				
	(644)	31.269	(10.333)	43.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A., domiciliada no Brasil, com sede em Catanduva na Rodovia Vicente Sanchez, KM 7 - SP tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e derivados, bem como a exploração agrícola da cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros.

Aproximadamente 72% (76% em 2021) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas e de parcerias agrícolas e 28% (24% em 2021) de fornecedores terceiros, adquiridas em condições normais de mercado. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

O exercício social da Companhia compreende o período de 01 de abril a 31 de março.

1.1 Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

O surto de Covid-19 foi relatado pela primeira vez no final de 2019 em Wuhan, China. Desde então, o vírus se espalhou pelo mundo. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de Covid-19 uma pandemia.

A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial em 2020 e 2021 e pode continuar impactando nos próximos anos. Muitos países impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. As empresas estão lidando com receitas perdidas e cadeias de suprimentos interrompidos. Alguns países têm realizado restrições em resposta à pandemia e, como resultado da interrupção das empresas, milhões de trabalhadores perderam seus empregos. A pandemia da Covid-19 também resultou em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo. Vários governos anunciaram e implementaram medidas para prestar assistência financeira e não financeira às entidades afetadas.

O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, a Empresa vem acompanhando detalhadamente o comportamento das receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 para avaliar os possíveis impactos.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

A totalidade dos impactos da Covid-19 em todas as operações da Companhia, bem como em seus resultados, condição financeira e de fluxo de caixa que dependem de elementos futuros que não podem ser previstas com razoável certeza no momento da divulgação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

- **Estimativa de perdas com créditos**

A Companhia avalia de forma constante os limites de crédito e o risco de *default* junto aos seus clientes. Nesse período de pandemia não foi identificado questões relevantes de inadimplência e/ou dificuldades financeiras de seus clientes, o que faz com que a Companhia mantenha sua premissa de estimativa de perdas esperadas com créditos.

- **Redução ao valor realizável dos estoques**

A Companhia calculou o custo médio dos estoques e garantiu a realização com base nos preços disponíveis na data destas demonstrações financeiras. Mesmo com a baixa demanda pelo etanol, não foram identificados custos superiores ao valor recuperável deste produto. Para garantir melhores preços em período de baixa oferta, a Companhia está fazendo estocagem do Etanol para ser comercializado em períodos posteriores, também diminuindo seu mix de produção do Etanol e aumentando no limite máximo para o açúcar, uma vez que sua remuneração está muito acima do equivalente em Etanol.

- **Arrendamentos**

Até a data destas demonstrações financeiras não houve alteração nos contratos celebrados com parceiros agrícolas, os prazos e preços estão mantidos conforme acordado. Logo, os valores registrados no direito de uso e no passivo de arrendamento não sofreram qualquer alteração em consequência dos impactos do Covid-19.

- **Compromissos contratuais**

Nesta data não há execução nem contra e nem a favor da Companhia em relação aos seus contratos, mantendo-se a previsão de continuidade de todos os compromissos anteriormente firmados.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação da Companhia e sua controlada Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A., conforme participação destacada abaixo.

Controlada	País	Participação Acionária	
		2022	2021
Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.	Brasil	99,72%	99,72%

A controlada Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A. tem por objeto social preponderante o comércio varejista de combustíveis e lubrificantes.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 09 de setembro de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 16 - prazo do arrendamento: se a Companhia e sua controlada têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota explicativa nº 22 - Tributos diferidos; e
- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 22 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Nota explicativa nº 11** - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico;
- **Nota explicativa nº 16 - Arrendamentos a pagar e Direito de uso** - determinação do prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação e; determinação da taxa de desconto dos passivos de arrendamento;
- **Nota explicativa nº 6 (g)** - Definição da vida útil do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 23** - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 25** - Instrumentos financeiros; e
- **Nota explicativa nº 11** - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, assim como as de coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;

Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

b. Receita

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

Para as vendas de energia elétrica, a Companhia se utiliza de medidores de energia transmitida a clientes, sendo que a cada fechamento mensal há a valorização dessa quantidade e o consequente reconhecimento da receita.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre

os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	Vidas úteis
Edifícios e benfeitorias	10 a 30 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	2 a 20 anos
Veículos, máquinas e implementos agrícolas	4 a 10 anos
Móveis e utensílios	4 a 10 anos
Outros	4 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistas a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Propriedade para investimentos

Propriedades para investimentos referem-se aos terrenos urbanos e glebas de terra.

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação e, posteriormente, são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado os custos de transação que são

diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de preço de commodities.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia

também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

(vi) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em Estatuto são reconhecidos como passivo.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterou sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o

reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No

entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. O período de colheita inicia-se no mês de abril de cada ano e termina, em geral, no mês de novembro do mesmo ano.

m. CBIOS

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de

descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de CBIOS, ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. A mensuração a valor justo desses Créditos de Descarbonização (“CBIOS”) na data das demonstrações financeiras foi registrado como estoque em contrapartida de outras receitas operacionais, líquidas.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2022. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:

- Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25).
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26).
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26).
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e Bancos	3.264	564	3.618	912
Aplicações financeiras	30.945	34.289	33.154	46.193
Total	34.209	34.853	36.772	47.105

Caixa e equivalentes de caixa são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por certificados de depósitos bancários (CDB), com remuneração média de 100% de Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (idêntico em 2021).

Na demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalentes de caixa têm vencimento imediato

(limite máximo de 90 dias) e fazem parte integrante da gestão operacional de caixa da Companhia, sendo que estes ativos financeiros apresentam alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 25.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
No país	3.338	1.367	3.833	1.906
No Exterior	115	-	115	-
(-) Perdas esperadas em créditos com clientes	(247)	(247)	(247)	(261)
Total	3.206	1.120	3.701	1.645

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	3.157	-	3.652	-
Vencidos:				
Até 30 dias	-	974	-	974
De 31 a 60 dias	-	146	-	671
Acima de 60 dias	296	247	296	261
Total	3.453	1.367	3.948	1.906

A exposição do Companhia e sua controlada a riscos de crédito e moeda para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 25 - Instrumentos Financeiros.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	5.705	3.905	5.705	3.905
Produtos para revenda	-	-	875	260
Manutenção entressafra	63.733	24.199	63.733	24.199
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	8.129	15.078	8.129	15.078
Provisão para estoques obsoletos	(422)	(419)	(422)	(419)
Total	77.145	42.763	78.020	43.023

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

RenovaBio - CBIOs

Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía 14.743 mil CBIOs emitidos. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. A mensuração a valor justo desses Créditos de Descarbonização (“CBIOs”) na data das demonstrações financeiras foi registrado como estoque em contrapartida de outras receitas operacionais.

Sobre o Renovabio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de CBIOs, ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos Biológicos, atendendo assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos representados por cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

Saldo em 1º de abril de 2020	46.521
Aumento devido a tratos culturais	64.485
Diminuição devido ao consumo	(47.222)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	4.777
Saldo em 31 de março de 2021	68.561
Saldo em 1º de abril de 2021	68.561
Aumento devido a tratos culturais	67.829
Diminuição devido ao consumo	(63.784)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	25.192
Saldo em 31 de março de 2022	97.798

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor);
e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo dos ativos biológicos é classificado no nível 3 da hierarquia do valor justo e as seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	2022	2021
Área estimada de colheita (hectares)	21.463	22.346
Produtividade prevista (tons de cana/hectares) (ii)	73,23	82,80
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) (i)	140,06	138,13
Valor do Kg de ATR (R\$)	1,1772	0,8821

- (i) Variação decorrente de falta de chuvas no período. Essa condição climática estimulou a concentração de açúcares na planta, o índice de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR)
- (ii) Produtividade menor decorrente de fatores climáticos e falta de chuva na região.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

- **Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

- **Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

- **Riscos climáticos e outros**

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

- **Análise de sensibilidade**

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos dos

seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 9.980. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 4.890.

12 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Antecipações a terceiros	15.152	4.982	15.152	4.982
Antecipações a acionistas (nota explicativa 30)	-	35	-	35
Adiantamento a fornecedores diversos	2.678	9.063	2.678	9.063
	17.830	14.080	17.830	14.080

13 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
COFINS	2.375	190	2.375	190
ICMS sobre ativo fixo	1.798	1.552	1.798	1.552
IPI	194	194	194	194
Pis	512	44	512	44
Reintegra	15	-	15	-
Outros tributos	164	42	164	42
Total	5.058	2.022	5.058	2.022
Circulante	4.425	778	4.425	778
Não circulante	633	1.244	633	1.244

14 Investimentos - Controladora

a. Composição dos saldos

O saldo é composto unicamente pela participação no Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

	Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.	
	2022	2021
Capital social integralizado	8.000	8.000
Patrimônio líquido em 31 de março de 2022	9.205	9.633
Resultado do exercício	323	792
Participação %	99,7244	99,7244
Patrimônio líquido em 31 de março de 2021	9.607	10.180
Distribuição de dividendos	(753)	(1.363)
Equivalência patrimonial	326	790
Saldo em 31 de março de 2022	9.180	9.607

15 Propriedade para investimentos

Em 26 de novembro de 2019 os acionistas da Companhia deliberaram pela implantação de um

empreendimento residencial, composto por um loteamento urbano através da segregação de um imóvel rural pertencente a Companhia. Para tanto, a administração contratou a AGe Engenharia e Consultoria, empresa especializada em avaliações e com base em Laudo técnico, identificou para o empreendimento o valor justo de R\$ 118.525, sendo que a mesma empresa atualizou o laudo em 31 de março de 2022 e 2021 para R\$ 129.300.

De acordo com a Norma da ABNT NBR 14653 e pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, as glebas de terras e os terrenos foram avaliadas com base no "Método Comparativo de Dados de Mercado", através de dados de mercado de imóveis semelhantes ao avaliado, à venda ou efetivamente transacionados no livre mercado imobiliário da região. Nesse sentido, efetuou-se pesquisa de mercado na região circunvizinha do imóvel avaliado, a fim de obter elementos de comparação, caracterizados por terrenos expostos para venda no livre mercado e que apresentassem as mesmas características do terreno em pauta.

A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o "Nível 3".

16 Direito de uso e Arrendamento a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar durante o exercício foi a seguinte:

	Controladora e consolidado			
	Máquinas agrícolas	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 1º de abril de 2020	10.727	189.856	37.037	237.620
Novos contratos	-	29.653	17.508	47.161
Remensurações	-	23.238	5.996	29.234
Amortização	(3.505)	(57.963)	(20.422)	(81.890)
Saldos em 31 de março de 2021	7.222	184.784	40.119	232.125
Saldos em 1º de abril de 2021	7.222	184.784	40.119	232.125
Novos contratos	-	62.611	31.690	94.301
Remensurações	-	56.810	18.775	75.585
Amortização	(2.825)	(63.100)	(22.165)	(88.090)
Saldos em 31 de março de 2022	4.397	241.105	68.419	313.921

	Controladora e consolidado		
	Passivo de arrendamento (fluxo futuro)	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento
Saldos em 1º de abril de 2020	210.158	(34.130)	176.028
Novos contratos	57.366	(10.205)	47.161
Remensurações	32.892	(3.658)	29.234
Pagamentos realizados	(55.850)	-	(55.850)
Pagamentos de juros	(10.399)	-	(10.399)
Apropriação encargos financeiros	-	10.399	10.399
Saldos em 31 de março de 2021	234.167	(37.594)	196.573

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2022

Saldos em 1º de abril de 2021	234.167	(37.594)	196.573
Novos contratos	102.034	(7.733)	94.301
Remensurações	115.217	(39.632)	75.585
Pagamentos realizados	(83.458)	-	(83.458)
Pagamentos de juros	(15.325)	-	(15.325)
Apropriação encargos financeiros	-	15.325	15.325
Saldos em 31 de março de 2022	352.635	(69.634)	283.001
Circulante	(98.724)	19.831	(78.893)
Não circulante	253.911	(49.803)	204.108
Controlada e Consolidado			2022
De 1º/04/2023 a 31/03/2024			57.098
De 1º/04/2024 a 31/03/2025			46.688
De 1º/04/2025 a 31/03/2026			34.347
De 1º/04/2026 a 31/03/2027			20.910
De 1º/04/2027 a 31/03/2028			7.498
A partir de 1º/04/2028			37.567
			204.108

17 Imobilizado

a. Controladora

<u>Custo</u>	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2022</u>	<u>Custo</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2021</u>
Edifícios e benfeitorias	43.209	175	-	2.004	45.388	Edifícios e benfeitorias	44.383	-	(1.373)	199	43.209
Máquinas, instalações e equipamentos	225.045	2.053	(246)	8.349	235.201	Máquinas, instalações e equipamentos	222.028	1.003	(221)	2.235	225.045
Veículos, instalações e máquinas	74.067	8.711	(8.140)	1.386	76.024	Veículos, instalações e máquinas	83.699	10.085	(19.844)	127	74.067
Móveis e utensílios	5.798	546	(17)	416	6.743	Móveis e utensílios	5.557	336	(95)	-	5.798
Outras imobilizações	817	1.266	(192)	(200)	1.691	Outras imobilizações	433	1.377	-	(993)	817
Terrenos	48.698	2.882	-	-	51.580	Terrenos	48.698	-	-	-	48.698
Lavoura de cana-de-açúcar	255.425	58.842	(101.791)	-	212.476	Lavoura de cana-de-açúcar	243.294	41.050	(28.919)	-	255.425
Obras em andamento	8.624	6.772	-	(11.955)	3.441	Obras em andamento	2.115	8.077	-	(1.568)	8.624
	661.683	81.247	(110.386)	-	632.544		650.207	61.928	(50.452)	-	661.683
<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2021</u>
Edifícios e benfeitorias	(30.748)	(1.157)	-	-	(31.905)	Edifícios e benfeitorias	(30.503)	(1.109)	864	-	(30.748)
Máquinas, instalações e equipamentos	(167.611)	(7.398)	239	-	(174.770)	Máquinas, instalações e equipamentos	(160.968)	(6.856)	213	-	(167.611)
Veículos, instalações e máquinas	(54.421)	(4.339)	7.194	-	(51.566)	Veículos, instalações e máquinas	(68.632)	(3.733)	17.944	-	(54.421)
Móveis e utensílios	(5.127)	(264)	15	-	(5.376)	Móveis e utensílios	(4.965)	(248)	86	-	(5.127)
Outras imobilizações	(254)	(1)	-	-	(255)	Outras imobilizações	(252)	(2)	-	-	(254)
Lavoura de cana-de-açúcar	(77.775)	(46.207)	101.791	-	(22.191)	Lavoura de cana-de-açúcar	(60.754)	(45.940)	28.919	-	(77.775)
	(335.936)	(59.366)	109.239	-	(286.063)		(326.074)	(57.888)	48.026	-	(335.936)
Saldo líquido				2022	2021	Saldo líquido				2021	2020
Edifícios e benfeitorias				13.483	12.461	Edifícios e benfeitorias				12.461	13.880
Máquinas, instalações e equipamentos				60.431	57.434	Máquinas, instalações e equipamentos				57.434	61.060
Veículos, instalações e máquinas				24.458	19.646	Veículos, instalações e máquinas				19.646	15.067
Móveis e utensílios				1.367	671	Móveis e utensílios				671	592
Outras imobilizações				1.436	563	Outras imobilizações				563	181
Terrenos				51.580	48.698	Terrenos				48.698	48.698
Lavoura de cana-de-açúcar				190.285	177.650	Lavoura de cana-de-açúcar				177.650	182.540
Obras em andamento				3.441	8.624	Obras em andamento				8.624	2.115
				346.481	325.747					325.747	324.133

b. Consolidado

<u>Custo</u>	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2022</u>	<u>Custo</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2021</u>
Edifícios e benfeitorias	46.776	175	-	2.004	48.955	Edifícios e benfeitorias	47.950	-	(1.373)	199	46.776
Máquinas, instalações e equipamentos	225.788	2.056	(248)	8.349	235.945	Máquinas, instalações e equipamentos	222.782	1.005	(234)	2.235	225.788
Veículos, instalações e máquinas	74.067	8.711	(8.140)	1.386	76.024	Veículos, instalações e máquinas	83.699	10.085	(19.844)	127	74.067
Móveis e utensílios	5.946	584	(17)	416	6.929	Móveis e utensílios	5.701	340	(95)	-	5.946
Outras imobilizações	817	1.266	(192)	(200)	1.691	Outras imobilizações	433	1.377	-	(993)	817
Terrenos	48.698	2.882	-	-	51.580	Terrenos	48.698	-	-	-	48.698
Lavoura de cana-de-açúcar	255.425	58.842	(101.791)	-	212.476	Lavoura de cana-de-açúcar	243.294	41.050	(28.919)	-	255.425
Obras em andamento	8.624	6.772	-	(11.955)	3.441	Obras em andamento	2.115	8.077	-	(1.568)	8.624
	666.141	81.288	(110.388)	-	637.041		654.672	61.934	(50.465)	-	666.141
Depreciação	31/03/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2022	Depreciação	31/03/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2021
Edifícios e benfeitorias	(31.899)	(1.219)	-	-	(33.118)	Edifícios e benfeitorias	(31.592)	(1.171)	864	-	(31.899)
Máquinas, instalações e equipamentos	(168.322)	(7.416)	240	-	(175.498)	Máquinas, instalações e equipamentos	(161.668)	(6.880)	226	-	(168.322)
Veículos, instalações e máquinas	(54.421)	(4.339)	7.194	-	(51.566)	Veículos, instalações e máquinas	(68.632)	(3.733)	17.944	-	(54.421)
Móveis e utensílios	(5.260)	(275)	15	-	(5.520)	Móveis e utensílios	(5.097)	(249)	86	-	(5.260)
Outras imobilizações	(254)	(1)	-	-	(255)	Outras imobilizações	(252)	(2)	-	-	(254)
Lavoura de cana-de-açúcar	(77.775)	(46.207)	101.791	-	(22.191)	Lavoura de cana-de-açúcar	(60.754)	(45.940)	28.919	-	(77.775)
	(337.931)	(59.457)	109.240	-	(288.148)		(327.995)	(57.975)	48.039	-	(337.931)
Saldo líquido				2022	2021	Saldo líquido				2021	2020
Edifícios e benfeitorias				15.837	14.877	Edifícios e benfeitorias				14.877	16.358
Máquinas, instalações e equipamentos				60.447	57.466	Máquinas, instalações e equipamentos				57.466	61.114
Veículos, instalações e máquinas				24.458	19.646	Veículos, instalações e máquinas				19.646	15.067
Móveis e utensílios				1.409	686	Móveis e utensílios				686	604
Outras imobilizações				1.436	563	Outras imobilizações				563	181
Terrenos				51.580	48.698	Terrenos				48.698	48.698
Lavoura de cana-de-açúcar				190.285	177.650	Lavoura de cana-de-açúcar				177.650	182.540
Obras em andamento				3.441	8.624	Obras em andamento				8.624	2.115
				348.893	328.210					328.210	326.677

Em 31 de março de 2022 os terrenos com valor contábil de R\$ 51.580 (R\$ 48.698 em 2021) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários, conforme nota explicativa nº 19.

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores diversos	27.804	23.474	28.237	24.080
Fornecedores cana-de-açúcar	1.486	1.287	1.486	1.287
Fornecedor Partes Relacionadas (nota explicativa 30)	17.435	13.016	-	-
	46.725	37.777	29.723	25.367
Circulante	37.246	36.863	20.244	24.453
Não circulante	9.479	914	9.479	914

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 25. Em 31 de março de 2022 não há contas a pagar vencidas e não pagas.

19 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da controladora Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A, e o consolidado juntamente com sua controlada Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

A Nota explicativa nº 25 divulga informações adicionais com relação à exposição aos riscos de taxa de juros e moeda.

	Vencimentos	Taxa média Ponderada (% ao ano)	Controladora	
			2022	2021
Moeda nacional				
Finame	2025	10,15%	5.848	6.858
Capital de giro	2027	15,08%	173.658	140.079
ACC	2022	5,55%	37.464	-
			216.970	146.937
Moeda estrangeira				
Pré-Pagamento	2027	4,17%	241.240	329.361
			241.240	329.361
		8,49%	458.210	476.298
Circulante			88.747	72.382
Não circulante			369.463	403.916

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2022	2021
01/04/2022 a 31/03/2023	-	97.798
01/04/2023 a 31/03/2024	134.658	50.866
01/04/2024 a 31/03/2025	49.175	49.323
01/04/2025 a 31/03/2026	61.169	64.219
01/04/2026 a 31/03/2027	62.417	70.987
01/04/2027 a 31/03/2028	62.044	70.723
	369.463	403.916

		Taxa média Ponderada (% ao ano)	Consolidado	
			2022	2021
Moeda nacional	Vencimentos			
Finame	2025	10,15%	5.848	6.858
Capital de giro	2027	15,19%	187.657	158.242
ACC	2022	5,55%	37.464	-
			230.969	165.100
Moeda estrangeira				
Pré-Pagamento	2027	4,17%	241.240	329.361
			241.240	329.361
		8,73%	472.209	494.461
Circulante			95.240	79.080
Não circulante			376.969	415.381

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2022	2021
01/04/2022 a 31/03/2023	-	105.147
01/04/2023 a 31/03/2024	141.562	54.482
01/04/2024 a 31/03/2025	49.777	49.823
01/04/2025 a 31/03/2026	61.169	64.219
01/04/2026 a 31/03/2027	62.417	70.987
01/04/2027 a 31/03/2028	62.044	70.723
	376.969	415.381

a. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por hipotecas de terras, alienação fiduciária dos bens do parque industrial, penhor mercantil de estoques de produtos acabados e avais de diretores.

b. Obrigações contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros (*covenants*).

No encerramento do exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia não atendeu determinados indicadores contratuais de empréstimos e financiamentos junto ao Banco do Brasil S.A, Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Banco Bradesco S.A, e Banco BTG Pactual, o que possibilitaria aos credores exigir antecipadamente o pagamento de aproximadamente R\$-286.480.

Diante deste cenário a Companhia manteve o referido valor registrado no passivo não circulante por ter obtido das instituições financeiras mencionadas acima, as dispensas de exigibilidade (“*waivers*”) do cumprimento dessas cláusulas restritivas antes da data destas demonstrações financeiras.

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante o exercício:

	Controladora	
	2022	2021
Saldo inicial	476.298	425.348
Captações	110.308	96.595
Provisão de encargos	27.540	20.096
Amortização do principal	(66.364)	(68.755)
Pagamento de juros	(35.684)	(30.767)
Variação cambial (i)	(53.888)	33.781
Saldo final	458.210	476.298

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	494.461	425.348
Captações	110.308	114.597
Provisão de encargos	29.422	20.659
Amortização do principal	(70.469)	(68.755)
Pagamento de juros	(37.625)	(31.169)
Variação cambial (i)	(53.888)	33.781
Saldo final	472.209	494.461

- (i) Em 31 de março de 2022, do montante de R\$ (53.888) (R\$ 33.781 em 31 de março de 2021) registrado nos empréstimos e financiamentos como variação cambial, R\$ 10.026 (R\$ 13.986 em 31 de março de 2021) foram registrados no resultado financeiro e R\$ (63.914) (R\$19.795 em 31 de março de 2021) foram registrados no patrimônio líquido a título de realização de *hedge accounting*.

20 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários e ordenados	1.759	1.749	1.771	1.765
INSS	1.488	1.458	1.488	1.459
FGTS	305	293	307	295
INSS sobre folha	533	432	544	442
Provisões de férias e 13º salário	5.087	5.166	5.117	5.192
Outros	48	32	48	32
	9.220	9.130	9.275	9.185

21 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS	46	62	46	62
CSLL	736	-	736	-
ICMS	10.713	10.789	10.713	10.789
COFINS	73	98	73	98
INSS	2.948	5.329	2.948	5.329
Total	14.516	16.278	14.516	16.278
Passivo circulante	8.071	6.184	8.071	6.184
Passivo não circulante	6.445	10.094	6.445	10.094

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Controladora

A movimentação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa são demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2020	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2021	Saldo em 31/03/2021	Reconhecido s no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2022
Prejuízos fiscais do imposto de renda	24.335	-	-	24.335	24.335	-	-	24.335
Base negativa da contribuição social	8.761	-	-	8.761	8.761	-	-	8.761
Hedge accounting	23.565	-	6.766	30.331	30.331	-	(21.731)	8.600
Outros	1.108	641	-	1.749	1.749	(307)	-	1.442
Ativo biológico - valor justo	(4.576)	(1.038)	-	(5.614)	(5.614)	(4.575)	-	(10.189)
Ativo biológico - diferença de taxas	(11.143)	(260)	-	(11.403)	(11.403)	(1.251)	-	(12.654)
Imobilizado - custo atribuído - Deemed Cost	(18.609)	326	-	(18.283)	(17.031)	258	-	(16.773)
Realização reserva de reavaliação	(14.233)	382	-	(13.851)	(13.851)	1.006	-	(12.845)
Diferença temporária de depreciação	(1.612)	425	-	(1.187)	(1.187)	206	-	(981)
CPC 06(R2)	(3.999)	2.465	-	(1.534)	(1.534)	4.215	-	2.681
Depreciação acelerada	-	-	-	-	(2.676)	(19.236)	-	(21.912)
Propriedades para investimentos	(38.200)	5.088	-	(43.288)	(41.864)	(980)	-	(42.844)
	(34.603)	(2.147)	6.766	(29.984)	(29.984)	(20.664)	(21.731)	(72.379)

b. Consolidado

A movimentação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa são demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2020	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2021	Saldo em 31/03/2021	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2022
Prejuízos fiscais do imposto de renda	24.335	-	-	24.335	24.335	-	-	24.335
Base negativa da contribuição social	8.761	-	-	8.761	8.761	-	-	8.761
Hedge accounting	23.565	-	6.766	30.331	30.331	-	(21.731)	8.600
Outros	1.108	641	-	1.749	1.749	(307)	-	1.442
Ativo biológico - valor justo	(4.576)	(1.038)	-	(5.614)	(5.614)	(4.575)	-	(10.189)
Ativo biológico - diferença de taxas	(11.143)	(260)	-	(11.403)	(11.403)	(1.251)	-	(12.654)
Imobilizado - custo atribuído - Deemed Cost	(18.610)	1.579	-	(17.031)	(17.031)	258	-	(16.773)
Realização reserva de reavaliação	(14.233)	381	-	(13.852)	(13.852)	1.006	-	(12.846)
Diferença temporária de depreciação	(1.612)	425	-	(1.187)	(1.187)	206	-	(981)
CPC 06(R2)	(3.999)	2.465	-	(1.534)	(1.534)	4.215	-	2.681
Depreciação acelerada	-	(2.676)	-	(2.676)	(2.676)	(19.236)	-	(21.912)
Propriedades para investimentos	(38.200)	(3.664)	-	(41.864)	(41.864)	(980)	-	(42.844)
	(34.604)	(2.147)	6.766	(29.985)	(29.985)	(20.664)	(21.731)	(72.380)

A Controladora, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, optou por reconhecer no exercício e em exercícios anteriores o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos Impostos	32.631	71.684	28.972	72.135
(-) Resultado da Equivalência patrimonial	(326)	(790)	-	-
Base de cálculo combinada	32.305	70.894	28.972	72.135
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(10.984)	(24.104)	(9.850)	(24.526)
Prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	8.651	-	8.651
Prejuízos fiscais não constituídos	(10.330)	-	(10.330)	-
Adições e exclusões permanentes				
Adições permanentes	(1.873)	(1.594)	(1.873)	(1.594)
Exclusões permanentes	2.523	1.078	2.523	1.078
Outros ajustes	-	-	(307)	(27)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(20.664)	(15.969)	(21.294)	(16.418)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(13.822)	(630)	(14.271)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.664)	(2.147)	(20.664)	(2.147)
Alíquota fiscal efetiva	31,7%	33,7%	32,8%	33,2%

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis, apurados até 31 de março de 2022, e não registrados é de R\$ 40.066, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

23 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	Controladora e Consolidado				
	31/03/2020	Adições e Reversões	31/03/2021	Adições e Reversões	31/03/2022
Trabalhistas	2.817	360	3.177	(261)	2.916
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	(2.817)	(360)	(3.177)	261	(2.916)
Contribuições previdenciárias	242	-	242	(242)	-
(-) Depósitos contribuições previdenciárias	(242)	-	(242)	242	-
Outros	470	-	470	-	-
Total	470	-	470	-	-

A Companhia e sua controlada possuem ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores quanto às quantias reivindicadas, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas com as ações em curso, sendo o montante total classificado no passivo não circulante.

a. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo de depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingências constituída, em 31 de março de 2022, totaliza R\$ 1.476 (R\$ 1.059 em 2021) e está classificado na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

b. Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes de processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, é no montante de R\$ 11.012 em 31 de março de 2022 (R\$ 10.195 em 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

c. Direitos em contingências ativas

A Companhia era parte integrante do sistema da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, e diante disso possui direitos sobre os créditos da ação indenizatória de defasagem de preço movida contra a União Federal pela Cooperativa. Os direitos serão reconhecidos pela Companhia à medida que a Cooperativa reconheça as obrigações de repasse junto a Companhia.

Com base nos levantamentos da Cooperativa, a Companhia ainda tem um crédito de aproximadamente R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais) a receber em precatórios nos anos de 2022 a 2024.

Portanto, o direito creditório atribuível aos então ex-cooperados que integravam o quadro associativo da Cooperativa no período indenizado não foi registrado e está sendo divulgado naquelas demonstrações financeiras.

Durante o exercício a Companhia recebeu parcelas do valor indenizado no montante de R\$ 6.663 (R\$ 6.946 em 2021) referente a quarta parcela do primeiro precatório e a terceira parcela do segundo precatório, líquidos de honorários e impostos, da Ação indenizatória - IAA pela Cooperativa Coopersucar e registrou na rubrica de outras receitas operacionais na demonstração do resultado, líquido de impostos.

24 Patrimônio líquido - Controladora

a. Capital social

Em 31 de março de 2022 o capital social era representado por 131.700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas residentes no país (idêntico em 2021).

	%	Ações
Hélio Zancaner Sanches	39,11%	51.509.638
Evandro Sanchez	39,11%	51.509.638
Vera Lúcia Santiago Sanchez	5,87%	7.726.551
Renato Santiago Sanchez	5,48%	7.218.471
Flávio Sanches	4,16%	5.476.859
Renata Moratelli Sanches Campato	3,48%	4.578.566
Eliana Moratelli Sanches Borsari	2,79%	3.680.277
	100,00%	131.700.000

b. Reserva de capital

Representada pelo ágio pago pelos sócios na subscrição das novas ações sociais do capital.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de reavaliação

Constituídas em decorrência das reavaliações de bens próprios do ativo imobilizado e de sua controlada, com base em laudos de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante. As reservas de reavaliação estão sendo realizadas por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. As reservas de reavaliação constituídas em 31 de maio de 2000 e 30 de abril de 2006 decorrentes de bens imóveis foram integralmente capitalizadas, embora não realizadas. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a reserva de reavaliação não pode ser capitalizada enquanto não realizada.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e da ICPC 10 e da avaliação a valor justo da propriedade para investimento (conforme descrito na Nota explicativa nº 15), ambos deduzidos do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos. O custo atribuído é realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem e o saldo referente a propriedades para investimento será realizado mediante a alienação dos ativos correspondentes.

Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa relacionados a operações objeto de *hedge* que ainda não foram incorridas, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante a liquidação do instrumento.

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2022						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.264	-	-	-	-
Aplicações financeiras	30.945	-	-	-	30.945	-
Contas a receber de clientes	-	3.206	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	364	-	-	-	-
	<u>30.945</u>	<u>6.834</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.945</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(46.725)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(458.210)	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-	(283.001)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(10.858)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(798.794)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Controladora						
31 de março de 2021						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	564	-	-	-	-
Aplicações financeiras	34.289	-	-	-	34.289	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.356	-	-	-	2.356	-
Contas a receber de clientes	-	1.120	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.419	-	-	-	-
	<u>36.645</u>	<u>3.103</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.645</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(37.777)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(476.298)	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-	(196.573)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(3.712)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(714.360)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado						
31 de março de 2022						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.618	-	-	-	-
Aplicações financeiras	33.154	-	-	-	33.154	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	3.701	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	416	-	-	-	-
	<u>33.154</u>	<u>7.735</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.154</u>	<u>-</u>

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

Fornecedores	-	-	(29.723)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(458.210)	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-	(283.001)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(10.858)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(781.792)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Consolidado

	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2021						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	912	-	-	-	-
Aplicações financeiras	46.193	-	-	-	46.193	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.356	-	-	-	2.356	-
Contas a receber de clientes	-	1.645	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.536	-	-	-	-
	<u>48.549</u>	<u>4.093</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.549</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(24.453)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(476.298)	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-	(196.573)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(3.712)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(701.036)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2022.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada e os gestores de cada área se reportam regularmente à administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores e de instrumentos financeiros derivativos, conforme apresentado a seguir.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.264	564	3.618	912
Aplicações financeiras	8	30.945	34.289	33.154	46.193
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	2.356	-	2.356
Contas a receber de clientes	9	3.206	1.120	.701	1.645
Total		37.415	38.329	40.473	51.106

A Companhia e sua controlada têm como política a comercialização mediante a recebimento antecipado mitigando o risco de inadimplência contemplando 90% das vendas realizadas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fornecedores	18	46.725	37.777	29.723	25.367
Empréstimos e financiamentos	19	458.210	476.298	472.209	494.461
Arrendamentos a pagar	16	283.001	196.573	283.001	196.573
Adiantamento de clientes		10.858	3.712	10.858	3.712
		798.794	714.360	795.791	720.113
Passivo circulante		215.744	170.881	205.235	165.169
Passivo não circulante		583.050	543.479	590.556	554.944

Conforme descrito na Nota explicativa 19 (b), a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas à manutenção de certos indicadores, sendo que a Companhia renegociou as condições determinadas em contrato (*Waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Controladora	Valor Contábil	Fluxo contratual		
		até 12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
31 de março de 2022				
Fornecedores	46.725	37.246	9.479	-
Empréstimos e financiamentos	458.210	107.617	152.187	257.941
Arrendamento Passivo	283.001	78.893	103.786	100.322
Adiantamento de clientes	10.858	10.858	-	-
31 de março de 2021				
Fornecedores	37.777	36.863	914	-
Empréstimos e financiamentos	476.298	92.171	120.232	360.861
Arrendamento Passivo	196.573	57.924	71.171	67.478
Adiantamento de clientes	3.712	3.712	-	-
Fluxo contratual				
Consolidado	Valor Contábil	até 12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
31 de março de 2022				
Fornecedores	29.723	20.244	9.479	-
Empréstimos e financiamentos	472.209	114.892	159.366	258.570
Arrendamento Passivo	283.001	78.893	103.786	100.322
Adiantamento de clientes	10.858	10.858	-	-
31 de março de 2021				
Fornecedores	25.367	24.453	914	-
Empréstimos e financiamentos	494.461	79.080	159.629	255.752
Arrendamento Passivo	196.573	57.924	71.171	67.478
Adiantamento de clientes	3.712	3.712	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia e sua controlada possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir volume de produção, bem como, o estabelecimento de contratos futuros de venda junto às tradings. Essa tomada de decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços e oportunidades de mercado.

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia.

A partir de abril de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos de dívidas para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com o objetivo de se proteger da volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizadas como altamente provável, de exportação à fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD x BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como Dívidas em moeda estrangeira (Dólar americano), em valores e vencimentos equivalentes ao budget de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Em 31 de março de 2022, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização após esta data no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos de Empréstimos	Curto Prazo	12 meses	24 Meses	36 Meses	48 Meses	60 Meses	Total
PPE	(4.594)	(7.086)	(2.334)	(3.501)	(3.889)	(3.889)	(25.293)
Variação cambial	(4.594)	(7.086)	(2.334)	(3.501)	(3.889)	(3.889)	(25.293)
(-) Tributos diferidos	1.562	2.409	794	1.190	1.322	1.323	8.600
Efeito líquido no patrimônio	(3.032)	(4.677)	(1.540)	(2.311)	(2.567)	(2.566)	(16.693)

Segue a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*.

Efeito contábil - Instrumento de Hedge			
	Saldo em 2021	Saldo não realizado em 2022	Efeito no Resultado
Não derivativos (variação cambial)	(89.207)	(25.293)	(63.914)
Imposto de renda pessoa jurídica	22.302	6.323	15.979
Contribuição social sobre o lucro líquido	8.029	2.277	5.752
Líquido	(58.876)	(16.693)	(42.183)

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A gestão da exposição cambial da Companhia consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que conseqüentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção, sendo que, o *hedge* natural entre os contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para a safra seguinte.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP, pré-fixadas e contratando operações de *SWAP* para grande parte das operações indexadas a taxas flutuantes.

Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos

Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a

Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Exposição a moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme a seguir:

Consolidado	Nota	2022		2021	
		US\$	Reais	US\$	Reais
Empréstimos e financiamentos	15	58.825	278.704	57.810	329.361

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era composto por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Consolidado	Indexador	Exposição	Risco (%)	Apreciação da taxa	
				Em 25%	Em 50%
Aplicações financeiras	CDI	33.154	11,75%	4.869	5.843
Empréstimos e financiamentos					
Finame	TJLP	5.848	5,32%	389	467
Capital de giro	CDI	187.657	11,75%	27.562	33.075
ACC	CDI	37.464	11,75%	5.503	6.603
Pré-Pagamento	Libor	241.240	2,89%	8.715	10.458
				47.038	56.446

Fonte: As informações do CDI foram obtidas na base da Cetip, TJLP na Receita Federal e Libor 6 no BACEN, todas essas com a data-base do último dia útil de março de 2022.

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia e sua controlada é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia e sua controlada para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total do passivo	903.358	779.276	900.551	785.258
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(34.209)	(34.853)	(36.772)	(47.105)
Dívida líquida (A)	869.149	744.423	863.779	738.153
Total do patrimônio líquido (B)	141.281	87.131	141.305	87.159
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	6,2	8,5	6,1	8,5

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Controladora detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial e preço.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<i>Hedge comercial</i>	-	2.356	-	2.356
	-	2.356	-	2.356

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F.

26 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia e sua controlada são compostas basicamente pela venda de açúcar, etanol e revenda de óleo diesel.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Açúcar mercado externo	249.147	323.589	249.147	323.589
Etanol	246.538	178.907	246.538	178.907
Energia Elétrica	6.125	3.848	6.125	3.848
Cana-de-açúcar	-	2.130	-	2.130
Outros	7.859	3.938	26.649	17.512
(-) Impostos sobre vendas	(41.893)	(38.478)	(41.893)	(38.478)
Total	467.776	473.934	486.566	487.508

27 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cana de açúcar (terceiros)	302.994	279.469	302.994	279.469
Salários e encargos	28.691	25.706	29.304	26.270
Fretes e carretos	17.456	22.715	17.456	22.715
Serviços de terceiros	18.035	16.168	18.112	16.168
Perdas com operações comerciais	17.528	-	17.528	-
Depreciação e amortização	7.042	8.096	7.132	8.179
Manutenção e conservação	9.473	6.585	9.533	6.664
Insumos	5.628	4.196	5.628	4.196
Benefícios	3.033	2.288	3.033	2.288
Combustíveis e lubrificantes	2.554	2.179	17.626	13.033
Impostos, taxas e multas	2.151	1.594	2.219	1.594
Pis e cofins sobre outras receitas	229	979	229	979
Outras (despesas) receitas	1.993	1.151	2.059	1.151
Resultado na alienação do imobilizado	(1.966)	(1.402)	(1.966)	(1.402)
Impostos recuperados	(16.448)	(14.873)	(16.447)	(14.873)
Indenização da Ação do IAA (*)	(6.663)	(6.947)	(6.663)	(6.948)
	391.730	347.904	407.777	359.483
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(348.212)	(321.375)	(364.028)	(332.826)
Despesas com vendas	(22.905)	(25.686)	(22.905)	(25.686)
Despesas administrativas e gerais	(20.069)	(22.175)	(20.303)	(22.304)
Outras receitas (despesas) operacionais	(544)	21.332	(541)	21.333
	(391.730)	(347.904)	(407.777)	(359.483)

(*) Refere-se a precatório recebido da União através da Coopersucar por danos patrimoniais causados a seus cooperados em razão da fixação dos preços de venda do açúcar e do etanol abaixo do custo médio regional de produção na década de 1980.

28 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Juros ativos	1.074	961	1.075	1.006
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	3.123	4.472	3.123	4.472
Outros	1.595	355	1.704	355
Total	5.792	5.788	5.902	5.833
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(27.540)	(20.096)	(29.422)	(20.659)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(11.890)	(12.552)	(11.890)	(12.552)
Juros sobre passivo de arrendamentos	(15.325)	(10.399)	(15.325)	(10.399)
Atualizações de consórcios contemplados a pagar	(6.963)	-	(6.963)	-
Outros	(3.252)	(4.432)	(3.271)	(4.668)
Total	(64.970)	(47.479)	(66.871)	(48.278)
Variação Cambial				
Financiamentos e empréstimos	(10.026)	(13.986)	(10.026)	(13.986)
Contas a receber de clientes	271	(4.236)	271	(4.236)
Total	(9.755)	(18.222)	(9.755)	(18.222)
Resultado financeiro líquido	(68.933)	(59.913)	(70.724)	(60.667)

29 Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA.

30 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

Os controladores finais da Companhia são os sócios Hélio Zancaner Sanches e Evandro Sanches que em conjunto detêm 78,22% de participação no capital social da Companhia.

b. Operações com partes relacionadas:

As operações com partes relacionadas compreendem a transações financeiras de mútuo as quais são realizadas em condições normais de mercado. As principais operações da Controladora resumem-se a adiantamentos e aquisição de cana-de-açúcar com suas acionistas e a compra de combustível com a sua controlada Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

As transações de aquisição de cana de açúcar com acionistas ocorrem em condições de mercado semelhantes aos fornecedores terceiros.

c. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia e sua controlada é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 1.004 (R\$ 943 em 2021). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

De acordo com a eleição realizada, a diretoria é atualmente composta por dois diretores executivos.

d. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado

	2022		2021	
	Acionistas	Posto USD	Acionistas	Posto USD
Ativo				
Antecipações a acionistas (nota explicativa 12)	-	-	-	35
Passivo				
Fornecedores (nota explicativa 18)	-	(17.435)	-	(13.016)

	2022		2021	
	Acionistas	Posto USD	Acionistas	Posto USD
Transações				
Diesel	-	21.670	-	16.528
Etanol hidratado	-	1.080	-	752
Gasolina	-	31	-	24
Total	-	22.781	-	17.304

31 Eventos Subsequentes

Entre os meses de julho e agosto de 2022, a usina captou os empréstimos e financiamentos resumidos abaixo:

- R\$ 20.000 de nota de crédito à exportação junto ao Banco Itaú, com prazo de pagamento em 12 meses e taxa de juros média de 4,39% a.a.;
- R\$ 16.285 de cédula de crédito bancário rural junto ao CNH, através de repasse do BNDES (Finame), com vencimento em 2029 e taxa de juros média de 3% a.a.;
- R\$ 21.000 de contratos de câmbio para a exportação de mercadorias junto a Caixa Econômica Federal e ao Banco BBM, com vencimentos em 2022 e 2023 e taxa de juros média de 8,7% a.a.;
- R\$ 6.000 de cédula de crédito bancário junto ao Banco BBM, com vencimento em 2023 e taxa de juros de 5% a.a.

* * *

André Cáfaros Sanches
Diretor executivo

Igor Calefi
Diretor administrativo e financeiro

Antônio Luiz Giro
Contador
CRC 1SP176605/0-9